

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DIPLOMACIA SUBNACIONAL: O PAPEL DA REDE C40 NA GOVERNANÇA GLOBAL DO CLIMA

Cíntia Martins Freitas¹

RESUMO

É consenso que as mudanças climáticas estão acontecendo e que as causas para esse problema são antropogênicas. Enquanto Estados buscam soluções por meio de acordos multilaterais, percebe-se cada vez mais que os esforços precisam ser rápidos e tangíveis, envolvendo uma ampla gama de atores. As cidades possuem papel de destaque nesse cenário, pois concentram a maior parte da população e das emissões de GEE globais, além de serem locais mais vulneráveis. Desde o fim da guerra fria os governos subnacionais têm se engajado em atividades de relações internacionais. Essas atividades têm sido tanto de colaboração quanto coalisão, em muitos casos complementares e em outros contrárias ao governo central. Para resolver o problema das mudanças climáticas, é preciso que haja diálogo entre diversas esferas de governo, por meio da governança em múltiplas camadas. O papel dos governos locais é cada vez mais decisivo. Assim, surgem novas redes transnacionais de cidades. A rede C40 foi fundada em 2005 e possui 75 cidades membro. Algumas características específicas contribuem para o sucesso da rede, possibilitando uma crescente visibilidade e papel de destaque na governança global do clima.

Palavras-chave: Mudanças climáticas, Diplomacia subnacional, Paradiplomacia, Diplomacia de cidades, Redes transnacionais, C40

1. INTRODUÇÃO

“A mudança global do clima é um dos eixos permanentes da agenda do século XXI e irá implicar profundas transformações econômicas, políticas, sociais e no pensamento humano”

¹ Aluna do curso de Especialização em Estratégia e Relações Internacionais Contemporâneas no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Artigo desenvolvido como trabalho de conclusão do curso, como quesito parcial para a obtenção do título de Especialista em Estratégia e Relações Internacionais Contemporâneas, sob orientação do professor Eduardo Ernesto Filippi, em julho de 2015. E-mail: cintiamfreitas@gmail.com

(VIANNA, 2010, p. 7). Há mais de 20 anos, os Estados-nação vêm discutindo soluções para este duro desafio no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC)². No entanto, à medida que o progresso científico avança, percebe-se que para evitar um aquecimento ainda maior na temperatura global, bem como evitar riscos de desastres relacionados, a mudança na realidade precisa ser tão rápida e tangível quanto a força da natureza. Para que isso aconteça, são necessários esforços coletivos que abranjam toda contribuição possível, envolvendo distintas esferas de governo, academia, indústria, sociedade civil, entre outros.

Os governos locais de todo o mundo estão cada vez mais envolvidos com ações relacionadas às mudanças climáticas, e cada vez mais esses governos buscam trocar experiências e conhecimentos por meio da diplomacia subnacional. Assim, eles têm se tornado “atores-chave na governança global do clima” (SETZER, 2015, p. 1). Como resposta a essa tendência, as últimas décadas têm apresentado uma série de novas redes transnacionais de governos locais, algumas delas focadas nos desafios relacionados ao meio ambiente, e mais especificamente, às mudanças climáticas. Neste artigo iremos analisar o papel e a influência de uma rede de cidades que vem ganhando espaço nesse cenário: a rede C40.

A rede C40 foi fundada em 2005 pelos prefeitos de aproximadamente 20 das maiores e mais influentes cidades do mundo, com o objetivo de combater os problemas relacionados à mudança climática pela implementação de políticas e programas que gerem reduções mensuráveis em emissões de gases de efeito estufa e riscos relacionados ao clima. Desde então, a rede cresceu para um grupo de 75 cidades de todos os continentes, e tem conquistado uma visibilidade continuamente crescente entre as discussões relacionadas às mudanças climáticas e à governança global.

O artigo buscará responder às seguintes perguntas:

- 1) Qual é o nível de efetividade do C40? Ou seja, até que ponto a organização tem obtido sucesso em influenciar mudanças na formulação e implementação de políticas para redução de emissões de GEE e de riscos da mudança climática nas cidades membro?
- 2) Qual é o nível de influência política do C40? A organização consegue ter algum papel de influência em relação a (i) políticas locais de cidades não-membro, (ii) políticas nacionais, e (iii) à governança global do clima?

² Conhecida em inglês como “UNFCCC – *United Nations Framework Convention on Climate Change*”

3) Quais são os fatores que contribuem para o sucesso ou insucesso dos esforços da rede C40?

Para abordar esse tema, dividimos o texto em quatro partes. Primeiramente, vamos apresentar o problema da mudança climática e traçar um panorama histórico dos esforços internacionais relacionados ao tema, bem como citar motivos pelos quais as cidades são espaços territoriais e políticos importantes em relação a esse assunto. Em seguida, vamos abordar o fenômeno da crescente participação de governos subnacionais em atividades de relações internacionais, trazendo à tona os conceitos de paradiplomacia, diplomacia subnacional, diplomacia de cidades e governança em múltiplas camadas. Também apresentaremos brevemente alguns exemplos de outras redes de cidades, para fins de análise e comparação. Em seguida, vamos apresentar as principais características da rede C40, e por fim faremos uma análise, mostrando os principais pontos observados com a pesquisa.

A metodologia utilizada para a elaboração do artigo contou com revisão bibliográfica e pesquisa documental, com consulta a fontes de informação pública, como livros, dissertações de mestrado, artigos acadêmicos, notícias, discursos, entrevistas publicadas pela imprensa e websites. Esperamos que este artigo possa contribuir com a reflexão acadêmica sobre redes transnacionais de cidades e sua relação com a governança global do clima – de forma a incentivar a pesquisa nessa área, especialmente entre pesquisadores brasileiros e de países de língua portuguesa.

2. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A GOVERNANÇA GLOBAL DO CLIMA

2.1. A mudança climática e seus efeitos

A mudança climática trata-se de alteração no estado do clima que pode ser identificada (estatisticamente) por mudanças na variabilidade de suas propriedades, e que persistem por um período extenso, de décadas ou mais (IPCC, 2007 apud MOREIRA, 2009, p. 21). A mudança climática pode ser causada tanto pela variabilidade natural do clima, quanto pela ação humana. Hoje, é consenso entre muitos climatologistas que emissões de gases decorrentes de atividades humanas têm causado o aquecimento global por meio do efeito estufa. Ou seja, a concentração na atmosfera de Gases de Efeito Estufa (GEE) como o dióxido de carbono (CO₂), o óxido nitroso (N₂O), o ozônio (O₃) e o metano (CH₄), entre outros, aumenta a retenção do calor que é absorvido pela superfície terrestre – provocando o aquecimento global.

O gás de efeito estufa mais emitido é o CO₂, em virtude de processos de geração de energia e da industrialização: “emissões de CO₂ provenientes da combustão de combustíveis fósseis e processos industriais contribuíram em aproximadamente 78% do aumento em emissões totais de GEE de 1970 a 2010” (IPCC, 2014, p. 5). “As concentrações de CO₂ aumentaram de cerca de 280 ppmv (partes por milhão em volume) nos períodos pré-industriais para 358 ppmv em 1994. [...] Antes deste momento recente, as concentrações de CO₂ nos últimos 1.000 anos variaram somente em 10 ppmv, conferindo estabilidade ao clima global” (BRASIL, MCT, 2000, p.18 apud MOREIRA, 2009, p. 27).

Tendo em vista tamanha interferência das atividades humanas nas concentrações de CO₂ na atmosfera, os Estados têm negociado as chamadas “ações de mitigação”, para reduzir o crescimento do nível de emissões e manter as concentrações de GEE em um nível que não comprometa a vida das gerações presentes e futuras. De acordo com o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC)³, a mudança climática já está ocorrendo. A tentativa das ações de mitigação é manter a mudança em um nível máximo de 2° C, embora as previsões são de que no pior dos cenários a temperatura do planeta poderá chegar a 6° C acima das médias atuais até o fim do século XXI (GIDDENS, 2010).

Os efeitos do aquecimento global não se restringem somente à temperatura atmosférica – é esperado que o aumento da temperatura dos oceanos provoque aumento do nível do mar, por causa da expansão térmica da água, e espera-se que as correntes oceânicas e atmosféricas mudem, alterando os padrões climáticos em todo o mundo (DeSOMBRE, 2006). Assim, grandes alterações podem ocorrer em relação ao nível do mar, ao derretimento do gelo glacial, e à intensidade das tempestades (MOREIRA, 2009).

O IPCC diz que o século atual pode vir a ser dominado por guerras travadas em função de recursos naturais; que pode haver inundações de cidades costeiras, provocando miséria em massa e migrações em massa, e que o mesmo pode ocorrer à medida que áreas mais secas se tornem mais áridas. Dada a sua localização e a falta de recursos, as regiões mais pobres do mundo serão mais gravemente afetadas do que os países desenvolvidos. Mas estes terão seu quinhão de problemas, que incluirão um número cada vez maior de episódios climáticos violentos. (GIDDENS, 2009, p. 42-43)

³ Do inglês “*Intergovernmental Panel on Climate Change*”

Nota-se uma série de eventos decorrentes das mudanças climáticas que têm acontecido nos últimos anos, tornando cada vez maior a consciência pública sobre o problema. Exemplos de grande visibilidade na imprensa incluem o furacão Sandy na região de Nova Iorque em 2012, e a estiagem no estado de São Paulo em 2014, entre tantos outros. Porque já se sabe que estas mudanças estão ocorrendo, os Estados têm como desafio gerar não somente ações de mitigação, relacionadas à redução de emissões de GEE, mas também “ações de adaptação”, voltadas à redução da vulnerabilidade e aumento da resiliência às mudanças climáticas.

2.2. Histórico da agenda global do clima e formação do Regime Internacional de Mudanças Climáticas

As preocupações com o meio ambiente começaram a tomar forma de maneira mais forte a partir da década de 1960, quando “se testemunharam preocupações crescentes nas esferas pública e científica a respeito da degradação ambiental, do desenvolvimento lento do direito ambiental internacional e da também lenta democratização da criação de políticas públicas ambientais internacionais” (ELLIOT, 2004, p. 7).

O primeiro grande momento do meio ambiente nas discussões internacionais de caráter governamental foi a Conferência de Estocolmo⁴, em 1972, quando pela primeira vez os debates sobre o meio ambiente foram discutidos seriamente como um tema chave na cooperação multilateral. Como resultado dessa conferência, criou-se o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)⁵. Também iniciaram-se, no décimo aniversário da conferência, estudos que geraram o relatório “Nosso Futuro Comum”⁶, lançado em 1987. O relatório deu origem ao termo “desenvolvimento sustentável”, definido como o “desenvolvimento que atende as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras em atender suas próprias necessidades” (UNITED NATIONS, 1987, p. 41), um conceito referência para todas as discussões ambientais seguintes. A conferência também iniciou as discussões entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento sobre as responsabilidades pelos problemas ambientais gerados nos últimos séculos. Essa discussão mais tarde viria a ocupar o centro do debate no âmbito do Protocolo de Quioto.

⁴ Também conhecida como “*UNCHE – United Nations Conference on the Human Environment*”

⁵ Conhecido em inglês como “*UNEP – United Nations Environment Programme*”

⁶ Também conhecido como Relatório Brundtland

O efeito estufa e seu impacto no clima vêm sendo estudados desde o século XIX, mas o tema ganhou visibilidade internacional a partir de 1979, quando a Organização Meteorológica Mundial⁷ (OMM) organizou a Primeira Conferência Mundial sobre o Clima. O objetivo do encontro era discutir os efeitos danosos das emissões de GEE; e a conclusão foi de que ações insustentáveis levaram a um aumento de 15% na concentração do CO₂ na atmosfera durante os 100 anos que precederam a conferência (MOREIRA, 2009).

A OMM e o PNUMA criaram em 1988 o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), “uma organização com o objetivo de avaliar de maneira abrangente, objetiva, aberta e transparente as melhores informações científicas, técnicas e socioeconômicas sobre a mudança climática em todo o mundo” (IPCC, apud DeSOMBRE, 2006, p. 118). Elizabeth DeSombre (2006, p. 118) aponta que, apesar de intergovernamental, o IPCC não é uma organização internacional padrão – “os Estados apontam climatologistas e pesquisadores eminentes em áreas relevantes para a organização, mas eles servem como indivíduos e não como representantes de Estados”.

O IPCC é responsável por criar relatórios periódicos que resumem o estado da arte do conhecimento científico sobre o tema das mudanças climáticas. “Cada relatório é escrito por centenas de acadêmicos e especialistas. As seções dos relatórios também passam por um processo intensivo de *peer-review*, em que suas descobertas e argumentos são avaliados por acadêmicos qualificados não envolvidos com a escrita do relatório” (DeSOMBRE, 2006, p. 119). O IPCC também é responsável por guiar a formulação de políticas internacionais adequadas para conter as emissões de GEE e suas consequências negativas, além de ter outras atividades relacionadas ao apoio científico relacionado ao tema: “o IPCC também opera uma Força Tarefa em Inventários Nacionais de GEE, que examina práticas e métodos para se realizar inventários de gases de efeito estufa” (DeSOMBRE, 2006, 119).

O primeiro relatório do IPCC foi publicado em 1990 e apresentado na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). O relatório constatava que havia um aumento na concentração de gases de efeito estufa na atmosfera e comprovava que a temperatura média da Terra estava aumentando, e indicava que a mudança climática era uma forte ameaça para a humanidade (MOREIRA, 2009). Os argumentos do relatório levaram a Assembleia Geral da ONU

⁷ Sucessora da Organização Meteorológica Internacional, criada em 1873, a OMM foi estabelecida em 1950 e é a agência especializada da ONU (Organização das Nações Unidas) para meteorologia, hidrologia operacional e ciências geofísicas relacionadas.

a concordar em iniciar as negociações para um acordo internacional focado na questão climática (DeSOMBRE, 2006). Já estava agendada para 1992 a Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED⁸, conhecida mais tarde como Rio 92) e a Assembleia Geral liderou o processo negociador para a criação de uma convenção que pudesse ser acordada na UNCED (DeSOMBRE, 2006).

Assim, em 1992 foi assinada a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC), que entrou em vigor em março de 1994. A convenção separou os países em dois grupos: Partes do Anexo I (países desenvolvidos, com industrialização completa, incluindo aqueles que fizeram parte da União Soviética) e Partes Não Anexo I (países em desenvolvimento, incluindo emergentes como China, Índia e Brasil). Devido a muitas clivagens no processo negociador, o texto da convenção não definia uma meta de redução de GEE, apresentando como seu objetivo atingir “a estabilização da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera em um nível que previna uma perigosa interferência antropogênica no sistema climático” (UNITED NATIONS, 1992, p. 9). Entretanto, a convenção estabelecia a obrigatoriedade de todos os Estados membro realizarem inventários de emissões e que as metas de redução deveriam ser discutidas nas Conferências das Partes (COP’s)⁹, reuniões anuais em que os Estados discutiriam um protocolo que definisse os caminhos para a redução de emissões e outros temas relacionados à convenção.

Helena Moreira (2009) explica que a convenção foi baseada em dois princípios: o princípio da precaução e o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas. O princípio da precaução “garante que a falta de certeza científica não pode ser usada como justificativa para a inação ou o adiamento de medidas que previnam a degradação ambiental [...] e deve ser entendido como uma prevenção ao risco, uma preocupação com o futuro” (MOREIRA, 2009, p. 55-56). Já o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas é baseado no conceito de responsabilidade histórica, ou seja, os países industrializados, que foram os que mais geraram GEE na atmosfera nos últimos séculos, devem liderar os esforços para minimizar os impactos negativos da alta concentração de GEE, devendo ficar responsáveis por esforços maiores na redução de emissões.

⁸ Do inglês “*United Nations Conference on Environment and Development*”

⁹ Do inglês “*Conference of the Parties*”

2.3. O Protocolo de Quioto e perspectivas pós-Quioto

O Protocolo de Quioto, que lançou metas e prazos para a redução das emissões de GEE, começou a ser discutido na primeira COP, que aconteceu em 1995 em Berlim e foi assinado na COP 3, em 1997, em Quioto. De acordo com os princípios orientadores da CQNUMC, o protocolo estabeleceu que os países Partes do Anexo I deveriam reduzir suas emissões totais de GEE em pelo menos 5% entre os anos de 2008 e 2012, tendo como base os níveis de emissões do ano de 1990. Os países Partes Não Anexo I, por sua vez, não tinham metas estabelecidas de redução de emissões, mas ficariam também responsáveis por realizar inventários de emissões nacionais.

O protocolo entrou em vigor em 2005, a partir da ratificação pela Rússia. Isso porque o texto do protocolo exigia para a sua entrada em vigor que houvesse assinaturas de “pelo menos 55 Partes da Convenção, englobando as Partes incluídas no Anexo I que contabilizaram no total pelo menos 55 por cento das emissões totais de dióxido de carbono em 1990 das Partes incluídas no Anexo I” (BRASIL, 2004, p. 36, apud MOREIRA, 2009, p. 65).

Além das normas de redução de emissões, o protocolo também estabeleceu três Mecanismos Flexibilizadores, "que possibilitam que os países industrializados reduzam suas emissões a um menor custo, aproveitando-se de condições mais favoráveis fora de seu território, seja em outros países do Anexo I ou não" (BRAZ, 2003 apud MOREIRA, 2009, p. 16). São eles: a Implementação Conjunta (permite a execução conjunta de medidas para promover reduções de emissões de GEE entre países do Anexo I), o Comércio de Emissões (possibilita que os países do Anexo I troquem suas cotas de emissões permitidas entre si, ou seja, “os países que estiverem cumprindo suas metas podem comercializar suas ‘sobras’”) (GOLDEMBERG, 2003 apud MOREIRA, 2009, p. 66), e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL (permite às Partes Não Anexo I que se beneficiem de projetos de MDL em seus países que resultem em reduções certificadas de emissões, que são vendidas às Partes Anexo I que necessitam disso para contar como parte do cumprimento de suas metas (MOREIRA, 2009).

Os resultados do protocolo foram mais positivos do que o esperado. De acordo com uma contagem preliminar da CQNUMC e notícia publicada em fevereiro de 2015¹⁰, a meta de redução de pelo menos 5% não só foi atingida, mas superada, chegando a 22,6%: “os países que foram

¹⁰ UNFCCC, 2015. Kyoto Protocol 10th Anniversary: Timely Reminder Climate Agreements Work. Disponível em: <<http://newsroom.unfccc.int/unfccc-newsroom/kyoto-protocol-10th-anniversary-timely-reminder-climate-agreements-work/#downloads>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

submetidos a metas no tratado reduziram suas emissões em mais de 20% - muito acima da meta de 5% que eles buscavam atingir” (CQNUMC, 2015, artigo eletrônico).

Apesar da aparente vitória na aprovação e prática do protocolo, o processo de negociação enfrentou muitos desafios, dadas as enormes divergências que se travaram ao longo dos anos: não somente entre países do Anexo I e países Não Anexo I, como no interior de cada um desses grupos.

Como exemplo, o grupo G77/China, que abrange os Não Anexo I, incluía subgrupos com interesses opostos, como a AOSIS (Aliança de Pequenos Estados Ilha)¹¹, altamente vulneráveis às mudanças climáticas e que exigem que haja um compromisso global sério em relação à redução de emissões; e os países da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), cujas economias dependem essencialmente do comércio de combustíveis fósseis. Ainda, o G77/China inclui o bloco BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China), economias e potências emergentes que respondem por um altíssimo nível de emissões, mas estão entre aqueles que não têm metas de redução no protocolo. O bloco inclui os maiores defensores do princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas, exigindo um maior apoio dos países desenvolvidos para a transferência de recursos financeiros e tecnologia a fim de auxiliar os países em desenvolvimento na redução de emissões.

No grupo dos países Anexo I, não diferentemente, há interesses muito diversos que definem os contornos das políticas internacionais relacionadas ao clima. Os Estados Unidos, por exemplo, jamais ratificaram o Protocolo de Quioto e não se comprometeram com metas de redução, apesar de serem o segundo maior emissor global¹², correspondendo a 13,4% das emissões totais de GEE no mundo. Já a União Europeia liderou as negociações para que o protocolo entrasse em vigor e fosse efetivo no cumprimento de sua meta.

Desde 2004, as COP's têm tratado das negociações pós-2012. Uma emenda ao protocolo foi assinada em 2012 – a Emenda de Doha, que estabelece um segundo período de comprometimento para o Protocolo de Quioto e que entrará em vigor quando pelo menos três quartos das Partes do Protocolo de Quioto submeterem sua ratificação à emenda. A Emenda de Doha tem validade até 2020, quando um novo acordo deve entrar em vigor.

Está sendo negociado um novo acordo para ser assinado em 2015, na COP 21 em Paris. O processo está sendo organizado sob diretrizes da Plataforma de Durban, que rompe com as

¹¹ Do inglês “*Alliance of Small Island States*”

¹² World Resources Institute’s Climate Analysis Indicators Tool. Disponível em:< <http://cait2.wri.org/>>. Acesso em 04 abr. 2015.

diretrizes traçadas em 1995 para a criação do Protocolo de Quioto (JACOBY; CHEN, 2014, p. 2). Espera-se que o acordo firmado em Paris, em dezembro de 2015, traçará o caminho de 2020 em diante para que o aumento na temperatura média não passe dos 2°C. Apesar do sucesso do atingimento das metas do Protocolo de Quioto, sabe-se hoje, graças ao avanço científico, que as iniciativas para manter a temperatura em até 2°C superiores requerem um esforço muito maior ao que foi proposto pelo protocolo. Assim, é imperativo que esse esforço seja coletivo – abrangendo Estados, governos locais e regionais, academia, indústria, sociedade civil e todos os demais atores envolvidos.

2.4. Cidades e mudanças climáticas

Daniel Bodansky (2011) apresenta diversos atores importantes para o direito ambiental internacional: os Estados, que são os principais atores envolvidos nas negociações diretas; e influenciadores como as instituições internacionais, organizações não governamentais e empresas. Entretanto, quando a discussão legal é esgotada e os Estados assinam um acordo, fazem-se necessárias medidas práticas para a solução de problemas e cumprimento de obrigações legais. Dessa forma, Anthony Giddens, um grande defensor do conceito de “Estado assegurador¹³” e da importância do Estado em relação às mudanças climáticas, comenta:

Enfatizar a importância do Estado para a política da mudança climática não equivale a defender o retorno a um governo de cima para baixo. Ao contrário, é provável que as iniciativas mais drásticas brotem das ações de indivíduos de grande visão e da energia da sociedade civil. Os Estados terão de trabalhar com uma diversidade de outros órgãos e agências, bem como com outros países e com organizações internacionais, se quiserem ser eficazes. (GIDDENS, 2009)

Nesse sentido, existe uma diversidade enorme de organizações que influenciam a redução de emissões e a adaptação às mudanças climáticas. Elas podem ser organizações governamentais de diversas esferas, ou não governamentais; com os mais distintos papéis, como o avanço científico ou a conscientização pública sobre o problema.

¹³ GIDDENS (2010) defende que “as probabilidades de êxito (em relação às mudanças climáticas) dependerão muito do governo e do Estado”. Em relação ao Estado assegurador, ele diz “sua função principal deve ser a de agir como catalisador, como facilitador, mas sem dúvida, no que concerne às mudanças climáticas e à segurança energética, ele também tem de se esforçar por obter garantias” (GIDDENS, 2010).

Líderes locais e regionais, como prefeitos e governadores, por exemplo, desempenham um papel de extrema importância, visto que as cidades são responsáveis por aproximadamente 70% das emissões relacionadas a energia (IPCC, 2014). A grande quantidade de emissões nessas áreas se deve não somente à energia necessária para abastecimento dos centros urbanos, mas porque também se localizam ali a maioria das indústrias e mercados consumidores.

As cidades não só concentram a grande maioria das emissões de GEE, como também a maioria (crescente) da população mundial. “Globalmente, mais pessoas vivem em áreas urbanas do que em áreas rurais, com 54% da população mundial residindo em áreas urbanas em 2014. Em 1950, 30% da população mundial era urbana, e em 2050 é estimado que 66% da população mundial será urbana” (UNITED NATIONS, 2015, p. xxi). A população urbana varia em diferentes regiões do mundo, sendo a área mais urbanizada a América do Norte (82%), seguida por América Latina (80%), Europa (73%), Ásia (48%) e África (40%). As duas últimas detêm atualmente as mais rápidas taxas de crescimento urbano (UNITED NATIONS, 2015, p. xxi).

Percebe-se que, devido à sua crescente concentração populacional, as cidades são de fundamental importância não só aos desafios globais de mitigação de emissões de GEE, mas também de adaptação aos riscos da mudança climática (esse aspecto é ainda mais importante quando se trata de cidades mais vulneráveis, como aquelas que são costeiras). Tanto a redução das emissões de gases de efeito estufa quanto a redução dos riscos relacionados às mudanças climáticas são desafios que devem tornar-se mais urgentes à medida que a população urbana cresce.

Além dos desafios relacionados ao clima, as cidades são conhecidas há muitas décadas por serem “responsáveis por quantidades massivas de lixo, poluição e degradação ambiental, dos quais as consequências podem ser sentidas muito longe de seus limites territoriais” (SASSEN, apud BOUTELIGIER, 2013, p. 8).

No entanto, apesar dos desafios ambientais que enfrentam, os centros urbanos também possuem grande potencial de ajudar na busca por soluções. “Ao mesmo tempo, elas (as cidades) também podem gerar estilos de vida mais sustentáveis já que elas possuem vantagens particulares, como economias de escala e a proximidade para infraestrutura e serviços e o potencial de se tornarem mais eficientes em relação à energia a um custo relativamente baixo”. (BOUTELIGIER, 2013).

Cidades concentram pessoas. Assim, elas são polos de inovação e centros políticos e econômicos, e por isso já não podem mais ser observadas apenas como espaços de poluição

ambiental, e sim como centros geradores de ideias inovadoras no que tange às mudanças climáticas: “Ambos formadores de políticas públicas e acadêmicos abandonaram a ideia de cidades somente como locais de degradação ambiental e agora formulam ideias sobre como elas podem liderar o caminho em direção à sustentabilidade ambiental” (BOUTELIGIER, 2013, p. 2).

Ainda, SETZER (2015, p. 5) coloca que os governos regionais, em relação aos governos nacionais, “possuem uma vantagem comparativa em termos de conhecer as necessidades e realidades dos seus cidadãos, ter o conhecimento técnico de questões ambientais, e ser capazes de adaptar políticas gerais a circunstâncias específicas”. Acreditamos que todas essas características se aplicam também aos governos locais, tanto na comparação com governos regionais quanto nacionais.

3. DIPLOMACIA SUBNACIONAL E O MUNDO INTERCONECTADO DAS REDES

3.1. A expansão da diplomacia subnacional nas últimas décadas

Desde o fim da Guerra Fria, o mundo tem passado por um intenso processo de interconectividade financeira, econômica, cultural, e política, chamado de “globalização”. O termo também se refere a uma “flexibilização de fronteiras” e diminuição da distinção entre as esferas doméstica e internacional. Para a construção desse artigo, adotamos o conceito de globalização com o viés da perspectiva transformacionista, ou seja, percebendo que a globalização reconstrói o mundo como um espaço social compartilhado, porém “de uma maneira que está longe de ser uniforme”¹⁴ (MCGREW, 2014, p. 29).

Esse intenso processo gera questionamentos sobre o papel desempenhado tradicionalmente pelos Estados, em especial no que diz respeito à solução de problemas transnacionais, como a devastação do meio ambiente, os quais requerem regulação global.

Lidar com essas questões transnacionais tem gerado um crescimento explosivo em formas globais e transnacionais de criação de regras e regulamentos, de cúpulas anuais do G20 às conferências climáticas. Isso fica evidente na crescente jurisdição de ambas as organizações internacionais formais e as literalmente milhares de redes informais de

¹⁴ O autor defende que “a globalização contemporânea é altamente desigual e representa tanto uma fonte de conflito e violência quanto de cooperação e harmonia” (MCGREW, 2014, p. 29).

cooperação entre agências de governo paralelas em diferentes países. (MCGREW, 2014, p. 17)

Esse processo não prefigura o fim ou enfraquecimento do Estado-nação, mas aponta para transformações do seu papel (BOUTELIGIER, 2013). Observa-se a ascensão do modelo de “governança global”, que “compreende uma multitude de infraestruturas formais e informais de coordenação política entre governos, agências intergovernamentais e transnacionais. [...] Dentro desse complexo global de governança, agências privadas ou não-governamentais se tornaram cada vez mais influentes na formulação e implementação de políticas públicas globais” (MCGREW, 2014, p. 25). O autor ainda fala do surgimento de uma “embrionária sociedade civil transnacional”, que inclui ONG’s, organizações transnacionais, redes de apoio, e grupos de cidadãos.

Devido às transformações mencionadas acima, começa-se a perceber, a partir da década de 1990, uma profusão de atividades paradiplomáticas (entendidas como as atividades de relações internacionais conduzidas por entidades subnacionais e outros grupos como nações sem Estado). Inicialmente, esse movimento é mais forte na Europa e países federados do Norte, e logo se estende de maneira mais vasta também para países do Sul global. Em 1999, Francisco Aldecoa e Michael Keating publicaram uma compilação de estudos sobre o tema, em uma tentativa de dar sentido ao fenômeno que vinha sendo percebido e traçar algumas análises, por exemplo, sobre as respostas dos Estados para tal fenômeno.

Alguns temas são recorrentes ao longo deste volume. O primeiro é o reconhecimento de que o envolvimento subnacional em relações exteriores não se trata de uma tendência passageira, mas representa uma mudança na prática da diplomacia. Segundo, isso acarretará em conflitos com Estados e rivalidades entre regiões dentro deles. Terceiro, esses conflitos não são necessariamente intratáveis e os papéis externos dos Estados e regiões não são necessariamente incompatíveis. Ao contrário, há múltiplas oportunidades para cooperação e funções compartilhadas. Quarto, isso requer alguma mudança de atitude por parte dos Estados e regiões, para aceitar as novas realidades de poderes compartilhados e interdependência. Práticas neste campo estão mudando e se desenvolvendo e há um processo de aprendizagem envolvido. (ALDECOA; KEATING, 1999)

Conforme a previsão, percebe-se anos mais tarde que tanto as oportunidades quanto os desafios ao que se convencionou chamar de “diplomacia subnacional” (qual seja, atividades de relações internacionais realizadas por governos regionais e locais) propostos por Aldecoa e

Keating foram de certa forma concretizados. As organizações internacionais passaram a incentivar progressivamente a participação de governos locais na esfera internacional, valorizando o papel das cidades como atores importantes na construção de um mundo mais sustentável.

Bouteligier (2013) menciona que discussões sobre o papel das cidades na Conferência de Estocolmo em 1972 resultaram na primeira conferência Habitat em 1976, o primeiro marco na agenda de aglomerados humanos, quando uma agência da ONU foi criada (ONU-HABITAT) para promover cidades socialmente e ambientalmente sustentáveis, com moradias adequadas para todos.

O relatório *Nosso Futuro Comum*, de 1987, “dedicou um capítulo ao desafio urbano, tornando explícita a relação causal entre a urbanização e os problemas ambientais globais. [...] Também expressou a visão de que a melhoria da capacidade política, institucional, e financeira era necessária para que governos municipais contribuíssem para o desenvolvimento sustentável” (BOUTELIGIER, 2013, p. 10). O documento resultante da Rio 92, a Agenda 21, “foi um progresso significativo no engajamento das cidades de uma forma positiva para estimular a sustentabilidade ambiental” (BOUTELIGIER, 2013, p. 10). O documento apresenta um capítulo especial sobre cidades.

A contribuição de autoridades locais para o desenvolvimento sustentável é discutida e a cooperação entre elas é vista como chave para o avanço. Autoridades locais também foram estimuladas a desenvolver e implementar Agendas 21 Locais (LA21). Em 1996, mais de 1.800 governos locais estavam envolvidos com iniciativas LA21. Apesar de todos esses projetos serem independentes, eles compartilham a mesma estratégia, e por isso indiscutivelmente formam uma base para uma agenda global. (BOUTELIGIER, 2013, p. 11)

Bouteligier (2013, p. 10-11) ainda cita outras conferências e iniciativas por parte da ONU, que contaram com o mesmo viés de incentivar a participação das cidades na esfera internacional, para tornar o mundo mais sustentável. Isso inclui as conferências Habitat II (1996), a Cúpula de Johannesburgo (2002), a criação do *World Urban Fórum*, o importante papel proposto para as cidades no atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a criação do *World Habitat Day*, entre outras. “Esses desenvolvimentos estimularam uma troca de paradigma entre apontar os aspectos negativos da urbanização para a mensagem de que as cidades podem ser locais de experimentos, demonstração, liderança, e inovação” (BOUTELIGIER, 2013, p. 12).

Além da ONU, é possível notar que outras organizações multilaterais “descobriram as vantagens da colaboração com as cidades” (BOUTELIGIER, 2013, p. 14). Instituições como o Banco Mundial “nos anos 1980 introduziram a assistência direta às cidades, ultrapassando os governos centrais e aumentando a capacidades locais e metropolitanas” (BOUTELIGIER, 2013, p. 15). Diversas outras agências desde então vêm criando programas e iniciativas voltados às cidades. Bouteligier (2013, p. 14-15) menciona uma variedade de exemplos incluindo a ONU-HABITAT, PNUMA, PNUD, OIT, OMS, OCDE e UNESCO.

Dado que as cidades estão na linha de frente dos urgentes problemas ambientais, isso estimulou governos municipais a dar um lugar mais central para a agenda ambiental. [...] Tanto as ameaças quanto as oportunidades parecem estar estimulando as cidades a tomarem a liderança no domínio ambiental. (BOUTELIGIER, 2013)

Como exemplo do ímpeto das cidades em tomar a liderança na sustentabilidade ambiental, é possível citar o caso de vários municípios norte-americanos, que por diversos motivos criaram suas próprias políticas e projetos ambientais, independentemente de o governo central dos Estados Unidos jamais ter se comprometido com metas relacionadas às mudanças climáticas: “atualmente, a maioria dos estados e centenas de cidades adotaram iniciativas locais de mudanças climáticas, enquanto o governo federal não tem sido nada além de passivo a hostil no que diz respeito aos problemas das mudanças climáticas” (ENGEL; ORBACH, 2008, p. 119).

Apesar do caso norte-americano, nem sempre as disposições de entidades subnacionais e seus governos centrais estão em discordância. Pelo contrário, a governança global abre espaço para contribuições colaborativas de diversas entidades com variados níveis hierárquicos e de distintas naturezas. “O Estado abarca uma multiplicidade de níveis, que incluem governos locais, regionais e nacionais. Numa era global, ele funciona no contexto que os cientistas políticos chamam de ‘governança em múltiplas camadas’, a qual se estende à arena internacional, no sentido ascendente, e às regiões, cidades e localidades, no sentido descendente” (GIDDENS, 2009, p. 24).

A governança em múltiplas camadas (*multilevel governance*, ou MLG) “tem se tornado uma resposta à montante complexidade e natureza múltipla de camadas dos problemas ambientais” (SETZER, 2015, p. 4). A autora explica que “redes de cidades transnacionais são componentes chave de sistemas MLG. [...] Diz-se que essas redes facilitam a ultrapassagem de Estados-nação e aplicam pressões políticas e normativas em vários níveis e direções” (SETZER, 2015, p. 5). Ou

seja, Setzer explica que redes de cidades trabalham não somente em termos de colaboração (conceito vinculado à cooperação entre cidades), como também de coalisão (conceito vinculado a papéis diplomáticos desempenhados por governos locais por meio de redes transnacionais). “Dentro das iniciativas de coalisão, os governos locais e regionais exercem pressão sobre atores nacionais e estrangeiros, ambas doméstica (na fase de definição de agenda das negociações climáticas), e internacionalmente (participando em processos de negociação de clima, através de redes transnacionais ou independentemente)” (SETZER, 2015, p. 8-9).

Por conta da crescente importância dada às cidades na esfera global, um novo conceito que vem tomando forma é o de “diplomacia de cidades” (*city diplomacy*): “Tem sido dito que a diplomacia de cidades está direcionando a emergência de uma agenda internacional urbana influente, liderada por prefeitos das maiores metrópoles” (SETZER, 2015, p.7).

3.2. Desafios à diplomacia subnacional e alternativas para enfrentá-los

Voltando às projeções de Aldecoa e Keating, a diplomacia subnacional, apesar de ser uma tendência em alto crescimento, encontra desafios – e é às vezes motivo de animosidades entre governos subnacionais e Estados, conforme as previsões dos autores. Apesar de todos os esforços da ONU para incentivar a tomada de consciência ambiental e a participação internacional de governos locais, Jakobsen demonstra que ainda há desafios a serem superados para que as cidades possam participar efetivamente de algumas discussões internacionais, inclusive no âmbito da ONU-HABITAT:

Nenhuma cidade tem assento em suas instâncias decisórias, apenas os governos nacionais. No sentido de que as autoridades municipais fossem minimamente consultadas surgiu um comitê de enlace composto por embaixadores dos governos centrais, denominado Coordenação Mundial de Associações de Cidades e Autoridades Locais (World Secretariat of Cities and Local Government – Waclac). Na recente revisão de regras e procedimentos da ONU havia uma proposta para que governos municipais e estaduais, em vez de ONG’s (o que, definitivamente, não são), passem a ser considerados entes governamentais. Porém não foi aprovada devido à oposição de vários Estados-membros da organização, em particular da China e dos Estados Unidos. (JAKOBSEN, 2009, p. 23-24)

Em uma perspectiva mais atual, Joana Setzer (2015) questiona os limites impostos à diplomacia subnacional, analisando as estruturas legais relacionadas ao tema nas ordens legais

internacional e doméstica. “Na esfera internacional, os governos locais e regionais não possuem personalidade jurídica, enquanto na esfera nacional as regras legais aplicáveis à diplomacia de cidades variam de país para país” (SETZER, 2015). A autora cita como exemplo o caso das cidades e estados brasileiros. A constituição prevê que somente o governo federal tem poder para realizar atividades de relações internacionais. No entanto, a chamada “diplomacia federativa” foi institucionalizada e é promovida pelo governo federal (desde que não vá de encontro às suas decisões), como forma de reconhecimento do desejo de governos locais e regionais de participar em atividades internacionais.

Setzer (2015, p. 18) conclui que “as ordens legais internacional e doméstica, portanto, estabelecem limites às relações internacionais de governos subnacionais”. Apesar das limitações, a autora comenta que:

O fundamento legal sobre o qual a diplomacia subnacional está baseada pode estar mudando. A mudança climática tem oferecido aos governos subnacionais uma oportunidade de agir além das fronteiras, e as redes transnacionais estão facilitando esse processo. [...] O empreendedorismo diplomático de cidades e regiões clama por estruturas legais internacionais e domésticas para avançar além de categorizações prévias e apreciar a emergência da participação subnacional na governança global. (SETZER, 2015, p.18-19)

Mesmo com as limitações legais à diplomacia subnacional, os processos relacionados a ela seguem acontecendo em todo o globo, e crescendo à medida que mais cidades adotam atividades internacionais¹⁵. Essa participação tem gerado pressões à ONU para “prover uma posição mais clara sobre o papel que eles (governos subnacionais) devem desempenhar nas negociações ambientais internacionais e na implementação de acordos multilaterais” (SETZER, 2015, p. 10). A CQNUMC, no âmbito da COP (Conferência das Partes): “reconheceu a necessidade de engajar uma ampla gama de stakeholders, incluindo governos subnacionais, por ação efetiva em todos os aspectos da mudança climática” (SETZER, 2015, p. 10).

Redes transnacionais de governos subnacionais contribuem para este cenário. Redes de cidades, como o C40, objetivam impactar diretamente em outras esferas da governança

¹⁵ “Em 2008, mais de 70% dos municípios (brasileiros) com mais de 500.000 habitantes realizavam alguma forma de atividade paradiplomática, e em 2012 quase todas as administrações estaduais (brasileiras) mantinham uma agenda internacional e uma estrutura de relações internacionais” (MILANI; RIBEIRO, apud SETZER, 2015, p. 15-16).

global influenciando as dinâmicas tanto de mecanismos internacionais quanto domésticos públicos (por exemplo, organizando reuniões internacionais, praticando lobby entre governos centrais, e participando em fóruns internacionais). Nesse novo contexto diplomático, os governos locais e regionais começaram a clamar pela introdução de uma nova categoria de “*stakeholder* governamental” entre os observadores autorizados para o sistema ONU. (SETZER, 2015, p. 11)

3.3. A expansão das redes de cidades nas últimas décadas

Embora tenha sofrido uma explosão após o fim da Guerra Fria, a paradiplomacia já existe há muitas décadas¹⁶. Da mesma forma, as redes transnacionais de governos locais e regionais vivem também um período de crescimento e desenvolvimento concomitante com o período da globalização, embora as primeiras experiências desse tipo existam desde o início do século XX. Para fins de análise e comparação, vamos apresentar brevemente algumas das mais tradicionais redes de governos locais e regionais, bem como novos atores com essas características que têm surgido nos últimos anos.

Uma das redes de cidades com atuação mais remota é a CGLU (Cidades e Governos Locais Unidos)¹⁷, que foi fundada em 2004, a partir da união de duas redes mais antigas - UIAL (União Internacional de Autoridades Locais¹⁸ – fundada em 1913) e FCMU (Federação Mundial de Cidades Unidas – fundada em 1957)¹⁹ com a associação Metropolis (essa coordena a sessão de metrópoles da CGLU, mas também continua a existir independentemente). A CGLU inclui mais de 1.000 cidades e regiões membro e 155 associações nacionais. Dos 192 Estados membro da ONU, 140 têm a presença da CGLU (CGLU, 2015, p. 5). O objetivo da rede é ser uma voz unificada e defensora mundial dos governos locais e regionais, além de promover a participação deles na governança global, em espaços tradicionalmente ocupados por governos nacionais. A rede trabalha com diversas áreas, em uma abordagem que inclui temas variados: de cultura a mudanças climáticas, e do acesso a serviços básicos à governança global.

A rede Metropolis – Associação Mundial das Grandes Metrôpoles – foi fundada em 1985 e reúne mais de 140 cidades e regiões metropolitanas com populações de mais de um milhão de habitantes. A rede Metropolis também atua como gestora da Seção Metropolitana da CGLU. O

¹⁶ Aldecoa e Keating (1999) mencionam o exemplo do País Basco no fim do século XIX e início do século XX para evidenciar essa constatação.

¹⁷ Conhecida em inglês como “*UCLG – United Cities and Local Governments*”

¹⁸ Conhecida em inglês como “*IULA - International Union of Local Authorities*”

¹⁹ Conhecida em inglês como “*UTO – United Towns Organisation*”

objetivo da rede é ser um fórum para explorar os problemas e soluções comuns às cidades grandes, auxiliando-as na busca de sustentabilidade ambiental, social e econômica. Sendo assim, a abordagem da rede é geral, podendo incluir diversos temas concernentes à agenda das metrópoles. Assim como a CGLU, a Metropolis também tem como objetivo promover a participação dos governos locais e metropolitanos na governança global.

A rede ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade – foi fundada em 1990 e hoje possui mais de 1.000 membros entre cidades e metrópoles. Diferentemente da CGLU e da Metropolis, que possuem escopos mais abrangentes, o ICLEI é focado na sustentabilidade ambiental e seus esforços estão bastante direcionados a auxiliar as cidades a identificarem e implementarem soluções ambientais. Essa rede foi fundada durante uma conferência para governos locais na sede da ONU em Nova Iorque, e esteve sempre alinhada à agenda ambiental internacional. Os primeiros programas implementados pelo ICLEI foram a Agenda 21 Local e o CCP (Cities for Climate Protection).

CGLU, Metropolis e ICLEI são algumas das três maiores redes transnacionais de governos locais (em número de membros), mas há muitas outras redes, tanto de governos locais quanto regionais. O fenômeno da articulação entre cidades tem se expandido rapidamente, de forma que hoje existe uma variedade de grupos, com diferentes características de número de membros, áreas de atuação e formas de atuação (colaboração ou coalisão, ou ambas). Se formos considerar somente redes focadas na área de mudanças climáticas e meio ambiente, por exemplo, há uma variedade de organizações. Entre as cidades brasileiras, podemos citar como exemplos a CB27 (rede de secretários de meio ambiente das 27 capitais brasileiras) e a ANAMMA (Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente, que inclui secretarias de meio ambiente de outras cidades além das capitais). Se considerarmos redes internacionais de governos regionais focados em meio ambiente e mudanças climáticas, podemos citar a R20 (Regions of Climate Action, fundada em 2010 pelo então governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger), e a nrg4SD (Rede de Governos Regionais pelo Desenvolvimento Sustentável).

A articulação de cidades em redes ou clusters, além de surgir da iniciativa e empreendedorismo diplomático de seus líderes, também pode surgir pela influência de organizações externas. Como exemplos, podemos citar o Covenant of Mayors (rede de governos locais e regionais europeus comprometidos com a energia sustentável), uma iniciativa criada pela Comissão Europeia; e a 100 Resilient Cities (100 Cidades Resilientes), criada e gerida pela Rockefeller Foundation.

3.4. A importância das redes de cidades

De acordo com Sofie Bouteligier (2013, p. 15-16), “fazer parte de redes transnacionais de municípios ajuda as cidades a ganharem acesso a informação e conhecimento e a outros atores na governança ambiental global e a tomar liderança. Apesar disso, essa posição de mudança das cidades e das redes de cidades para a governança global ambiental ainda não recebeu muita atenção”.

Especialmente no que diz respeito às mudanças climáticas, novos atores começam a surgir e reivindicar um papel mais relevante, “tendo em vista os (percebidos) fracasso e deficiências das negociações e ações multilaterais” (BOUTELIGIER, 2013, p. 16).

4. A REDE C40

4.1. Histórico, estrutura institucional e parceiros

Em 2005 o então prefeito de Londres, Ken Livingstone, convocou representantes de aproximadamente vinte cidades do mundo para o *World Cities Leadership Climate Change Summit* (Cúpula Mundial de Liderança de Cidades em Mudanças Climáticas) em Londres. Elas foram selecionadas ou por serem grandes, ou por serem cidades de menor porte porém exemplares (BOUTELIGIER, 2013, p. 33), e contemplavam tanto países desenvolvidos como países em desenvolvimento, incluindo representantes dos cinco continentes. Do grupo, faziam parte duas cidades brasileiras: Curitiba e São Paulo. Como resultado do encontro, um acordo foi assinado para oficializar a criação do grupo. O documento foi apresentado à CQNUMC durante a COP 11.

O anúncio oficial que foi assinado e divulgado no final da Cúpula de Londres urgia as cidades para cooperarem, comprometerem-se com a redução das emissões de gases de efeito estufa, e adaptarem-se às mudanças climáticas. Além disso, pedia o reconhecimento das ações das cidades em nível internacional e a negociação de um acordo climático pós-2012 com reduções massivas de emissões globais. (BOUTELIGIER, 2013, p. 34)

No encontro, o grupo definiu seis ações que deveriam ser postas em prática decisiva e imediatamente para que os objetivos citados no anúncio oficial fossem alcançados. Elas envolviam a criação de metas ambiciosas coletivas e individuais entre os membros para a redução de

emissões; a troca de melhores práticas e estratégias de mitigação e adaptação entre os membros; a elaboração de estratégias de comunicação que sensibilizem os cidadãos e outros stakeholders para as questões de mudanças climáticas; o comprometimento em garantir que haja agências ou programas dedicados a acelerar investimentos em mitigação e adaptação no nível local; a criação de alianças para compras públicas que acelerem o processo de troca para tecnologias sustentáveis e que influenciem o mercado de maneira mensurável.

Ainda, o grupo estabeleceu que haveria uma nova reunião em Nova Iorque para medir o progresso das ações e reportar à ONU (BOUTELIGIER, 2013, p. 34). Desde então, outros encontros regulares aconteceram (além de Londres 2005: Nova Iorque 2007, Seul 2009, São Paulo 2011, Johannesburgo 2014) e uma série de workshops, seminários e conferências com temas específicos foram realizados em diversas cidades membro.

A iniciativa viria a crescer para se tornar o *C40 Cities Climate Leadership Group* (Grupo de Liderança de Cidades em Clima C40), que possui atualmente 75 cidades membro, incluindo algumas das maiores e mais inovadoras cidades do mundo (ANEXO A – Lista de cidades membro). A soma das cidades do grupo representa uma população de mais de 550 milhões de pessoas, ou seja, uma em cada 12 pessoas no mundo; e um quarto do PIB mundial²⁰. A organização se auto define da seguinte maneira: “o C40 é uma rede global de grandes cidades que tomam ação para lidar com a mudança climática desenvolvendo e implementando políticas e programas que geram reduções mensuráveis em ambas esferas: emissões de gases de efeito estufa e riscos relacionados a clima”²¹.

A rede é presidida pelo prefeito de uma das cidades membro e o mandato dura aproximadamente três anos. O primeiro presidente foi o próprio Ken Livingstone, assumindo em 2006, quando a rede se configurou como C40 (a partir das 20 cidades iniciais). Em 2008, a presidência foi assumida por David Miller (Toronto), seguido por Michael Bloomberg (Nova Iorque) e o atual presidente Eduardo Paes (Rio de Janeiro). O papel do presidente é servir como liderança da organização, promovendo o papel das cidades em relação às mudanças climáticas.

Além do presidente, a estrutura institucional envolve um comitê diretivo, composto por prefeitos de 13 cidades membro, que são selecionados em caráter rotativo, assim como a presidência. O comitê diretivo atua sobre o direcionamento estratégico e governança interna da

²⁰ C40. “Cities”. Disponível em: <<http://www.c40.org/cities>>. Acesso em: 09/07/2015.

²¹ C40. “The C40 Mission”. Disponível em: <<http://www.c40.org/history>>. Acesso em: 09/07/2015.

organização. Ainda, a rede possui um conselho de diretores formado por gestores de cidades membro, ex-prefeitos e representantes de organizações parceiras, incluindo os principais doadores. O conselho é presidido por Michael Bloomberg, ex-prefeito de Nova Iorque e ex-presidente do C40. Por seu trabalho como prefeito de Nova Iorque e presidente do C40, Michael Bloomberg foi apontado em 2014 pelo secretário geral da ONU como Emissário Especial de Cidades e Mudanças Climáticas.

A rede conta com uma equipe de mais de 60 profissionais que trabalham na gestão de iniciativas e parcerias, aconselhamento para cidades, pesquisa sobre temas relacionados aos objetivos da rede, e iniciativas de comunicação. O C40 trabalha com o apoio de instituições filantrópicas como a Bloomberg Philanthropies, Children's Investment Fund Foundation (CIFF), Realdania e Ford Foundation.

Parcerias técnicas estratégicas foram estabelecidas com fundações e organizações não-governamentais como a Clinton Foundation, o World Resources Institute, e o CDP; com a rede de cidades ICLEI, e com o Banco Mundial. A organização também trabalha em colaborações inovadoras com o setor privado, tendo como parceiros a empresa de consultoria Arup (que provê doação em forma de serviços de consultoria gratuitos à rede C40), a Siemens (que faz doações de apoio a iniciativas específicas do C40), o Citibank (que permite ao C40 acesso às suas pesquisas de finanças de clima e apoio *pro bono* de seus funcionários), a Thoughtbot (que oferece serviços *pro bono* de mídia digital) e a Associação Internacional de Publicidade (que colabora com o C40 em uma inovadora campanha global de publicidade sobre mudanças climáticas em preparação para a COP 21). Além dos parceiros estratégicos citados, há uma ampla gama de parceiros de atividades específicas, como o desenvolvimento de publicações, organização de eventos e apoio técnico/financeiro a iniciativas e redes internas específicas.

Entre as parcerias que a organização tem realizado, algumas das principais incluem:

- Clinton Climate Initiative (CCI): A CCI é a iniciativa de mudanças climáticas da Fundação Clinton (liderada pelo ex-presidente dos EUA, Bill Clinton). Em 2006, Ken Livingstone convidou o Programa de Cidades da CCI para colaborar com o C40 na criação de ações de impacto ainda maior no combate às mudanças climáticas. A CCI se tornou então o “parceiro de entrega” do C40. Em 2011, Michael Bloomberg e Bill Clinton anunciaram a fusão do C40 com o Programa de Cidades da CCI, estabelecendo uma organização única. Como resultado dessa parceria, o número de cidades do C40 aumentou, seu orçamento foi dobrado, e houve

uma reestruturação da organização para prover às cidades maneiras mais efetivas de colaboração e troca de experiências.

- CDP: A CDP (conhecida anteriormente como Carbon Disclosure Project) é uma organização especializada em mensurar emissões de gases de efeito estufa. Desde 2011, é parceira do C40 e trabalha para gerar métricas relacionadas às emissões da rede. A parceria evoluiu para a criação de um portal de dados abertos que agrega informações sobre emissões de todas as cidades membro.
- World Resources Institute (WRI) e ICLEI: Durante a COP 20, o C40 lançou juntamente com o ICLEI e o World Resources Institute (organização não governamental da área de meio ambiente e mudanças climáticas) uma metodologia para mensurar e reportar emissões de GEE de cidades, de forma consistente com a metodologia do IPCC. Essa metodologia, chamada GPC (Global Protocol for Community-scale Greenhouse Gas Emission Inventories) vinha sendo desenvolvida desde 2011 e tinha passado por um processo de aplicação piloto em 35 cidades, incluindo 9 membros do C40. A metodologia GPC representa um esforço para que haja um padrão global no desenvolvimento de inventários de emissões de GEE para cidades.
- ICLEI e CGLU: a união entre as maiores redes globais de cidades (ICLEI, CGLU e C40) se deu em 2014 para formar o “Compact of Mayors”, um forte grupo político de defesa do papel das cidades na governança global do clima.
- Arup: A Arup é uma grande empresa de consultoria em arquitetura, planejamento urbano, engenharia e design. Possui operações em dezenas de países e divulga ter um grande compromisso com a sustentabilidade em seus projetos. A Arup doou o equivalente a um milhão de dólares em horas de seus funcionários ao C40, tornando-se um parceiro estratégico no desenvolvimento de estudos e geração de dados para a rede. Os estudos da Arup para o C40 são bastante focados na avaliação de onde as cidades membro estão em termos de emissões, e onde podem chegar. As pesquisas avaliam o potencial que as cidades têm de reduzir emissões, não só do ponto de vista técnico mas levando em conta também estruturas de governança.

4.2. Envolvimento das cidades membro

A rede C40 não tem um número muito grande de cidades membro em comparação com outras redes de cidades (ANEXO A), e prioriza as megacidades²² e cidades que possam ter uma significância/relevância grande como bons exemplos de engajamento no combate às mudanças climáticas (como Curitiba, Copenhague e Estocolmo). As cidades membro do C40 são classificadas em diferentes grupos: participantes do Comitê Diretivo, megacidades, cidades inovadoras e cidades observadoras.

O C40 conta fundamentalmente com os prefeitos como principais representantes das cidades dentro da rede (diferentemente de redes como a CB27, por exemplo, que une secretários de meio ambiente). A participação ativa do prefeito na rede é fundamental, e espera-se que as equipes técnicas das cidades também participem das atividades da rede, sendo lideradas e influenciadas por seu prefeito e por secretários e assessores diretamente ligados ao prefeito e à administração municipal.

A cada ano, o C40 faz uma extensa pesquisa sobre os “Poderes do Prefeito” entre as cidades membro para compreender o potencial de cada cidade de desenvolver ações específicas de mitigação e adaptação, de acordo com as iniciativas do C40 (apresentadas mais adiante). Ao avaliar os poderes do prefeito, a rede demonstra aos governantes das cidades as áreas em que suas decisões podem criar uma grande mudança em termos de emissões/adaptação, e as áreas em que as estruturas de governança dificultam a tomada de decisão pelo prefeito. O site do C40 apresenta a lista de todas as cidades membro, demonstrando em quais iniciativas há maior potencial de impacto em cada cidade. Assim, a pesquisa é um importante fator de desenvolvimento de vontade política entre os líderes municipais.

A rede C40 oferece uma série de possibilidades de colaboração e troca de experiências entre as cidades membro, além de algumas iniciativas de incentivo à “competição saudável” entre as cidades. As possibilidades de colaboração envolvem a participação e diálogo por meio das redes internas e dos eventos presenciais, além de acesso a publicações, dados, pesquisas e uma ampla biblioteca de estudos de caso. As cidades também competem por reconhecimento de suas boas práticas por meio do Prêmio C40 (C40 Awards). Ainda, as cidades podem participar anualmente de um processo de seleção para o Programa de Conselheiros de Cidades. Por meio desse programa,

²² De acordo com a definição da ONU, são áreas urbanas com mais de 10 milhões de habitantes (BOUTELIGIER, 2013, p. 6)

os municípios participam de um processo competitivo e alguns são selecionadas com base em uma análise de desafios e oportunidades. Cada um dos municípios selecionados recebe apoio do C40 com um “conselheiro de cidade”, membro da equipe do C40 que trabalha para ajudar aquela cidade a melhorar suas políticas e atingir suas metas.

Ao entrarem para a rede, as cidades devem comprometer-se com metas específicas de redução de GHG e reportar as atividades que estão sendo realizadas para a redução de emissões. A rede oferece um banco de dados com as metas de cada cidade.

O potencial de redução de emissões por meio do trabalho efetivo no âmbito do C40 e de outras redes de cidades é considerável. O relatório “*Working Together: Global Aggregation of City Climate Commitments*” avaliou 228 cidades. Além dos membros do C40, o estudo inclui também cidades membro das redes CGLU e ICLEI e mostra que a soma das metas de redução de emissões dessas cidades envolve a redução cumulativa de 13Gt CO₂eq até 2050.

Por meio da pesquisa “*Climate Action in Megacities*” (CAM) o C40 analisa seu próprio desempenho, ao pesquisar quais são as “ações” que as cidades estão adotando para tornarem-se menos poluentes e mais resilientes. O relatório de fevereiro de 2014 (CAM 2.0) avalia:

Os resultados do CAM 2.0 mostram que nos dois anos desde que o C40 pesquisou seus membros pela última vez, o número de ações que eles realizaram coletivamente dobrou para mais de 8.000. [...] Por exemplo, uma das maneiras mais baratas de aumentar a mobilidade urbana e reduzir as emissões do transporte é possibilitar aumento no ciclismo. Em 2008, apenas seis cidades do C40 reportaram programas de compartilhamento de bicicletas. Os dados de 2013 mostram que 36 cidades agora seguiram o exemplo de Paris e outras – um aumento de 500%. Como um sinal de que o progresso futuro é provável, 80% das cidades do C40 hoje já introduziram ciclovias. (ARUP; C40, 2014)

O relatório ainda apresenta que foram realizadas “1.024 ações de adaptação”, mostrando que os esforços estão acontecendo tanto em mitigação quanto adaptação.

4.3. Áreas de atuação e redes internas

O C40 trabalha com sete áreas temáticas, denominadas “iniciativas”. Os projetos, eventos/sessões de eventos, redes internas e ações de cidades são categorizados de acordo com essas áreas. Em outras palavras, os conteúdos discutidos e gerados pela rede são separados de acordo com as seguintes categorias:

- Adaptação e água
- Energia
- Finanças e desenvolvimento econômico
- Mensuração e planejamento
- Gestão de resíduos sólidos
- Comunidades sustentáveis
- Transporte

Uma característica importante do C40 é que ele é uma “rede de redes”. Para cada uma dessas áreas temáticas, há redes internas de colaboração e discussão entre cidades, para discutir soluções específicas sobre o tema. Por exemplo, a iniciativa de “Transporte” possui duas redes de discussão entre cidades: a rede “*Bus Rapid Transit (BRT)*” e a rede “Veículos de Baixa Emissão”.

Vamos aprofundar a forma de funcionamento da rede Bus Rapid Transit, como exemplo. Essa rede conta com o apoio técnico de dois parceiros específicos: a EMBARQ e o *Institute for Transportation and Development Policy (ITDP)*, ambas organizações não governamentais de abrangência global que têm como objetivo melhorar a mobilidade urbana e que possuem equipes que incluem grandes especialistas em BRT. No âmbito dessa rede interna, as cidades membro do C40 que possuem interesse no tema BRT podem participar de teleconferências, *webinars* e workshops presenciais focados nesse tema específico. A ideia é de que a rede sirva como catalisadora de ideias para a implementação e melhoria desses sistemas. O C40 reúne uma série de matérias em seu *blog*, estudos de caso e outros conteúdos sobre o tema específico do BRT – esses são compartilhados por meio de uma página específica para essa rede no website do C40.

Além da rede de BRT, existem outras 17 redes focadas em temas específicos que têm por objetivo facilitar o diálogo entre as equipes das cidades.

Em vez de encerrar com um estudo de caso ou relatório, as Redes do C40 criam conversas, que possibilitam às cidades customizar suas próprias ações para situações singulares, e juntarem-se para usar o poder coletivo para acessar recursos de parcerias, incluindo apoio técnico e financeiro. O resultado é que as ações das cidades para reduzir GEE e riscos de clima são mais arrojadas, mais impactantes, implementadas mais rapidamente, a um custo mais baixo e com menos recursos do que se elas fossem tomadas isoladamente.²³

²³ C40. “Networks”. Disponível em: <<http://www.c40.org/networks>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

4.4. Influência política

A rede C40 valoriza muito o conhecimento e a informação como formas de avaliar a realidade, planejar e implementar ações efetivas. Isso vale não só para informações técnicas (como as metas de redução de GEE) mas também para questões que envolvem gestão (número de ações implementadas por cada cidade), e a capacidade política das cidades (pesquisa de poderes de prefeitos). O estudo “*Powering Climate Action: Cities As Global Changemakers*” demonstra a relação entre os recursos políticos que as cidades detêm e a quantidade de ações que elas realizam em relação à mudança climática.

Apesar de que em sentido amplo as cidades estão realizando ações extensivas onde elas têm baixo poder, em algumas áreas a falta de poder pode inibir a ação. *Powering Climate Action* propaga uma chamada para que governos e outros atores de todos os níveis ajudem as cidades a levantarem os poderes e recursos que elas precisam para expandir a escala e o escopo da ação climática. Por exemplo, no setor de prédios, as cidades que têm um forte poder entregam quase três vezes mais ações por cidade do que aquelas com poder limitado. [...] Esses exemplos iluminam a necessidade de um consenso mais amplo entre as cidades e seus correspondentes nos níveis regional, nacional e internacional. (ARUP; C40, 2015)

Percebe-se que o estudo identifica a necessidade de que outros níveis de governo ajam no sentido de empoderar as cidades com mais recursos e poderes para que elas possam ser ainda mais efetivas em suas ações para combater a mudança climática e seus efeitos. Apesar de o estudo ser recente, a ideia de empoderamento das cidades já existe no C40 praticamente desde sua criação. Prova disso são as inúmeras ações que a organização vem realizando no âmbito de conferências e fóruns multilaterais para defender o papel importante que as cidades desempenham em relação às mudanças climáticas. Vamos citar a seguir algumas das principais ações que a rede C40 tem realizado nesse sentido.

Participação em conferências e fóruns multilaterais

A rede tem participado de uma série de conferências e fóruns multilaterais, realizado eventos paralelos que chamam a atenção para a questão do papel das cidades na governança global do clima. Por exemplo, quando foi fundada, a rede a rede apresentou seu documento de fundação à CQNUMC na COP 11.

Durante a Rio+20 em 2012, o evento paralelo realizado pelo C40 foi um dos pontos principais de toda a conferência, tendo sido reconhecido pela própria organização da Rio+20 como tal²⁴. Durante essa conferência, a rede C40 anunciou o compromisso conjunto de reduzir emissões de GEE em 12% até 2016, tendo o ano de 2005 como base. O evento teve uma altíssima cobertura de imprensa, que ampliou a consciência pública sobre o papel dos governos locais na sustentabilidade climática.

Já em 2014, Michael Bloomberg foi convidado como Emissário Especial de Cidades e Mudanças Climáticas para apresentar as contribuições que as cidades têm feito nos esforços de clima durante a Cúpula de Clima de Nova Iorque, evento organizado pela ONU.

Na COP 21 em 2015, não será diferente. O C40 já anunciou a realização a “Cúpula de Clima para Líderes Locais”, que será convocada por Michael Bloomberg, e a prefeita de Paris, Anne Hidalgo. No evento, será apresentado o “Compact of Mayors”, plataforma que inclui as maiores redes de cidades do mundo para defender uma maior participação dos governos locais na governança global do clima.

Reconhecimento pela ONU do papel das cidades na mudança climática:

Por influência do C40, a ONU já demonstrou em diversas ocasiões que valoriza o empoderamento das cidades para que elas possam agir com maior efetividade em relação ao clima. Prova disso é a nomeação de Michael Bloomberg, presidente do Conselho do C40, como “Emissário Especial para Cidades e Mudanças Climáticas” pelo secretário geral Ban Ki-moon. Nessa função, Bloomberg ficou responsável por incentivar ações de mitigação e adaptação entre as cidades, bem como relatar soluções em nível local durante a Cúpula de Clima de 2014, em Nova Iorque.

Outro sinal de que a ONU apoia a ação das cidades é a participação de Christiana Figueres, Secretária Executiva da CQNUMC, na última Cúpula do C40, em 2014. Em seu discurso nessa ocasião, ela comenta: “As cidades também têm progredido em seus esforços para combater a mudança climática. É claro, as cidades fazem isso de uma forma mais granular do que os governos

²⁴ BRASIL, 2012. “Cúpula dos Prefeitos: um dos legados de sucesso da Rio+20”. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sala_de_imprensa/noticias-nacionais1/cupula-dos-prefeitos-um-dos-legados-de-sucesso-da-rio-20.html>. Acesso em: 15 jul. 2015.

nacionais, porque as cidades sabem o que a sustentabilidade significa no chão, em cada casa, ao longo de cada estrada e cada rua, em cada prédio e em cada área de recreação”²⁵.

Parcerias com agências multilaterais

A rede C40 também tem formado parcerias com agências multilaterais, como o Banco mundial, BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e a ONU-HABITAT. Por exemplo, durante a Cúpula do C40 em São Paulo em 2011 uma parceria com o Banco Mundial foi assinada para apoio às cidades da rede em suas ações de clima.

Colaboração com outras redes e criação do Compact of Mayors

Desde 2014, a rede C40 vem trabalhando fortemente em parceria com outras grandes redes transnacionais de governos locais para mostrar o impacto conjunto das cidades nas mudanças climáticas. Assim, espera-se influenciar atores regionais, nacionais e internacionais a proporcionarem maiores capacidades políticas e recursos para as cidades cumprirem suas metas de redução de GEE e implementarem ações de adaptação. O relatório “*Global Aggregation of City Climate Commitments*”, que engloba dados de 228 cidades, entre membros do C40, CGLU e ICLEI é um exemplo disso. O relatório conta com o apoio da ONU-HABITAT e Michael Bloomberg, e parceria técnica do CDP, World Resources Institute e Carbon Climate Registry.

Ainda em 2014, essas redes (C40, CGLU e ICLEI) se uniram para criar o “*Compact of Mayors*”, um passo de grande importância para dar visibilidade ao papel das cidades no combate às mudanças climáticas. O documento oficial do acordo foi apresentado durante a Cúpula de Clima de Nova Iorque e estabelece que os objetivos do acordo são²⁶:

- Proporcionar o reconhecimento dos novos e existentes comprometerimentos de nível local através do Compacto, tornando os dados reportados anualmente sobre ações locais de clima publicamente disponíveis;
- Estabelecer padrões de coleta de dados robustos e transparentes;

²⁵ UNFCCC. Address by Christiana Figueres, Executive Secretary United Nations Framework Convention on Climate Change at C40 Cities Mayors Summit Johannesburg, 5 February 2014. Disponível em: <https://unfccc.int/files/press/statements/application/pdf/20140502_c40_check.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2015.

²⁶ Compact of Mayors. 2014. Disponível em: <<http://www.un.org/climatechange/summit/wp-content/uploads/sites/2/2014/09/CITIES-Mayors-compact.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

- Comprometer-se com processos comuns de relatório de ações climáticas locais que permitam avaliações consistentes e confiáveis do progresso para atingir as metas;
- Criar uma base de evidências do impacto das ações de GEE das cidades para possibilitar a entrada de fluxos de capital nas cidades para dar suporte aos governos locais, de forma que eles realizem ações e assumam a responsabilidade pela ação e seus respectivos investimentos;
- Demonstrar o comprometimento dos governos locais em contribuir positivamente em direção a metas de clima nacionais mais ambiciosas, transparentes e dignas de confiança por meio de um acordo voluntário de atingir padrões similares àqueles seguidos pelos governos nacionais; e
- Encorajar governos nacionais a apoiarem ativamente ações adicionais das cidades, reconhecendo comprometerimentos locais, estabelecendo ambientes que possibilitam políticas públicas e direcionando recursos para cidades para limitar qualquer aumento no aquecimento global e para apropriadamente prover recursos para a ação climática local tanto de mitigação quanto de adaptação.

Estratégias de comunicação

Além de todas as ações mencionadas, o C40 também busca sensibilizar o público geral para os desafios da mudança climática e o importante papel das cidades na busca por soluções. Uma das ações mais voltadas para esse objetivo foi a campanha de propaganda realizada durante o festival de Cannes em 2015, com objetivo de atingir a população em geral.

5. O PAPEL DO C40 NA GOVERNANÇA GLOBAL DO CLIMA

Inicialmente, pudemos traçar um panorama teórico sobre a questão das mudanças climáticas, o papel das cidades no combate aos seus riscos e a maneira pela qual os municípios vêm colaborando entre si e abrindo seu espaço na governança global. Nossa pesquisa documental e bibliográfica apresentou a rede C40 e sua forma de atuação. Neste último capítulo faremos uma análise sobre o papel da rede na governança global, em um esforço analítico para responder às questões propostas para a pesquisa.

5.1. Efetividade para reduzir emissões e tornar as cidades mais resilientes

Consideramos que as cidades possuem um papel de fundamental importância para a redução de emissões de gases de efeito estufa, assim como para a adaptação às mudanças climáticas e aumento da resiliência das comunidades. No entanto, esses esforços não dependem exclusivamente dos governos locais. Pelo contrário: o sucesso só será alcançado por meio de iniciativas conjuntas entre diversas esferas de governo, de acordo com o conceito de governança em múltiplas camadas, e com o apoio de outros setores como a indústria, a academia, e a sociedade civil. Nesse sentido, é urgente que outras esferas de governo trabalhem junto às cidades para a criação de programas conjuntos, bem como ampliem a capacidade política e financeira das cidades para agir em relação aos problemas mais prementes de mitigação e adaptação no ambiente urbano.

O potencial que as cidades têm para reduzir emissões é considerável. O estudo “*Working Together: Global Aggregation of City Climate Commitments*” demonstra que os esforços conjuntos das 228 cidades pesquisadas levariam a uma redução de 13 Gt CO₂eq até 2050, caso as metas de redução sejam alcançadas em contraposição a um cenário *business as usual* (BAU).

Nesse sentido, o apoio da rede C40 é de grande importância para, em primeiro lugar, ajudar as cidades a avaliarem suas emissões atuais e lançarem metas ambiciosas mas realistas para o futuro. Além disso, a rede é fundamental para manter as cidades membro conscientes de sua meta, independentemente da troca de governos, e ajudá-las a cumprirem com seus objetivos, por meio do apoio técnico dos conselheiros de cidades e da participação dos municípios em redes de troca de conhecimentos e experiências. Existem inúmeros exemplos da influência da rede C40 para que suas cidades-membro realizem ações práticas com base em experiências de outras cidades.

O relatório “*Climate Action in Megacities*” comprova que as ações tomadas pelas cidades membro no sentido de reduzir as emissões e aumentar a resiliência têm crescido em alta velocidade. Isso se deve não somente ao trabalho da rede C40, mas à importância que o tema das mudanças climáticas tem assumido nas agendas locais devido a muitos fatores. Eles incluem: a evidência de que eventos extremos ocorridos nos últimos anos são ligados às mudanças no clima; a oportunidade que o tema oferece de participação em atividades de relações internacionais; as pressões da sociedade civil; as oportunidades de financiamento nacional e internacional relacionadas às mudanças climáticas (exemplos: programa Cidades Sustentáveis do BID, PAC Mobilidade Urbana, Iniciativa 100 Cidades Resilientes da Rockefeller Foundation, etc).

Entre esses fatores pode-se incluir também o contínuo suporte da rede C40, e seus esforços de demonstrar “liderança pelo exemplo”, ao incentivar que os prefeitos de cidades membro participem ativamente das discussões sobre mudanças climáticas travadas em seus municípios e em demonstrar alternativas que foram implementadas com sucesso por outras cidades. Como exemplo, a parceria entre a Cidade de Ho Chi Minh/Vietnã e Roterdã/Holanda na área de adaptação e água é um exemplo de sucesso na troca de experiências entre cidades muito diferentes que enfrentam problemas muito similares.

Podemos concluir que a rede C40 tem um alto potencial de efetividade entre as cidades membro. Melhor explorado, esse potencial pode levar a níveis ainda maiores de efetividade.

Por um lado, as cidades têm muitos outros fatores de pressão além do C40 que levam à adoção de ações sustentáveis. Também, a rede C40 funciona basicamente como catalisadora e depende da vontade política dos líderes locais para que possa haver efetividade no nível local. Por outro lado, a rede já demonstrou que as cidades têm um altíssimo potencial na redução de emissões e aumento da resiliência e que elas vêm adotando muitas ações práticas nesse sentido. Assim, a rede influencia não só as cidades diretamente (por meio de seus programas de colaboração), mas também os governos nacionais e agências multilaterais que provêm financiamentos, bem como a opinião pública que por sua vez pressiona os governos locais a tomarem ação (programas de coalisão/defesa do papel das cidades nas mudanças climáticas).

Acreditamos ainda que as cidades membro da rede C40 são muito mais efetivas no combate às mudanças climáticas do que cidades de tamanhos similares que não participam da rede. Esse é um tema para uma pesquisa mais aprofundada no futuro.

5.2. Influência política

Como analisamos anteriormente, a rede C40 tem um papel de relativo destaque em relação às ações de mitigação e adaptação das cidades membro, sendo um dos principais fatores que impulsionam a efetividade desses municípios nas ações de clima. Em relação às cidades que não fazem parte da rede, podemos concluir que elas são, de maneira indireta, impactadas pelo C40.

Primeiramente, a rede C40 envolve uma “elite” entre as maiores e mais sustentáveis cidades do mundo. As cidades menores de cada país representado tendem a seguir o exemplo dessas grandes cidades. Como a rede tem crescido desde que foi criada, é possível que muitas

idades “à beira de tornarem-se membros” assumam esforços redobrados com o intuito de alcançar um convite para a participação na rede.

Em segundo lugar, o C40 advoga pelos direitos e deveres das cidades em relação às mudanças climáticas. Assim, os esforços globais impulsionados pela rede para empoderar as cidades (maior participação na governança global, mais oportunidades de financiamento e maior poder político) acabam impactando não só as cidades membro, mas todos os governos locais.

Em relação aos governos nacionais, a rede tem também gerado uma influência indireta, porém significativa. Primeiramente, o C40 é uma das maiores incentivadoras do termo “diplomacia de cidades” e prega que as demais esferas de governo propiciem maiores incentivos aos esforços locais relacionados a clima. Assim, a rede tenta influenciar os governos nacionais para que sejam criadas maiores oportunidades de ação pelas cidades. E ao mesmo tempo advoga que as cidades pressionem seus governos centrais para que eles assumam metas ambiciosas e realizem ações efetivas no que diz respeito a iniciativas de âmbito nacional.

Um exemplo que pode ser novamente citado é o caso dos Estados Unidos, que embora jamais tenha se comprometido, viu centenas de suas cidades e a grande maioria de seus estados desenvolverem planos e realizarem ações para mitigar emissões e aumentar a resiliência – ações essas influenciadas pela e influenciadoras da opinião pública. Essas cidades, muitas vezes contaram com lideranças como Nova Iorque, que à época do furacão Sandy estava na presidência do C40 e desde então tem criado um plano exemplar de resiliência. É difícil pensar que o governo norte-americano mais uma vez rejeitará assumir compromissos em relação às mudanças climáticas, tendo em vista tantos esforços regionais e locais, além da opinião pública que já percebe que as mudanças climáticas estão acontecendo²⁷.

Em relação às políticas internacionais e à governança global do clima, a rede tem crescido muito em visibilidade. Como mencionamos no capítulo anterior, o nível de participação política da rede é muito alto: o presidente do Conselho da organização foi nomeado “Emissário Especial para Cidades e Mudanças Climáticas” pelo secretário-geral Ban Ki-moon, as cúpulas do C40 tem sido frequentadas por importantes representantes da CQNUMC, e a COP 21 terá um pavilhão inteiro direcionado a governos locais, onde haverá eventos específicos para debater o papel das cidades na governança global do clima – alguns deles organizados especificamente pela rede C40.

²⁷ *Yale Climate Opinion Maps*. Disponível em: <<http://environment.yale.edu/poe/v2014/>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

Ainda, o C40 tem uma grande habilidade para a colaboração e vem liderando um esforço global para que as vozes das cidades sejam ouvidas, junto com outras redes de cidades, por meio do Compact of Mayors. O acordo dá força aos governos locais para exigirem da ONU uma maior participação na governança global.

Concluimos que, de maneira indireta, a rede C40 influencia tanto governos locais de cidades não membro, quanto governos nacionais. No âmbito internacional, a rede tem tido muito sucesso ao engajar outras iniciativas e desenvolver pesquisas que demonstram o importante papel que as cidades têm a cumprir. Dessa maneira, tem alcançado grande visibilidade e um papel de importância na governança global do clima.

5.3. Fatores de sucesso da rede C40

Pelas análises conduzidas até aqui, podemos observar que em um curto período de 10 anos a rede C40 tem se desenvolvido a ponto de se tornar um dos atores mais relevantes na discussão sobre o papel das cidades na governança global do clima (e quiçá no papel das cidades na governança global de forma mais abrangente). Vamos apresentar a seguir alguns dos “fatores e valores” que consideramos essenciais para o sucesso da organização.

Liderança: Como afirma GIDDENS (2010), as maiores conquistas em relação às mudanças climáticas podem vir da energia de indivíduos visionários que trabalham para gerar resultados. Dessa forma, o C40 foi criado: a partir da visão de um grupo forte de lideranças municipais. A rede cresceu com o apoio de grandes lideranças políticas como Michael Bloomberg, Bill Clinton e Ken Livingstone. E por meio da liderança dos prefeitos das cidades-membro, ações podem ser realizadas para causar o impacto diário que a rede tem por objetivo estimular. O papel da liderança na rede não é somente representativo, mas ativo: o C40 estimula que os líderes municipais “saiam de suas zonas de conforto” para se comprometerem voluntariamente com metas e ações. O exemplo dessas cidades acaba influenciando municípios que não são membro e até mesmo outras esferas de governo - configurando assim, a liderança pelo exemplo.

Legitimidade: Apesar de trabalhar como um agente catalisador, a rede C40 é mais efetiva que ONG's, por exemplo, pois é formada por membros que são legitimamente responsáveis pelos planos e ações de suas cidades – os governos locais. A cidade é representada na rede por sua autoridade máxima (prefeito ou similar), que tem a capacidade política de implementar muitas ações - embora nem sempre todas. Ainda, o papel de legitimidade das cidades para adotar ações

de clima é muito mais evidente para os cidadãos do que o dos governos nacionais ou regionais. Como bem colocado por Christiana Figueres em seu discurso na Cúpula do C40, os governos locais entendem as ações de mudanças climáticas em cada rua, em cada árvore, em cada espaço de recreação. As cidades possuem uma conexão direta com o seu território e possuem benefícios de escala em relação a ações de mudanças climáticas. Assim, possuem legitimidade política e geográfica para resolver problemas práticos.

Foco: Em relação a outras redes de cidades, o C40 possui um diferencial importante, o foco de suas ações. Primeiramente, a rede possui um objetivo muito claro e específico: apoiar as cidades com questões relacionadas à mudança climática, promovendo o papel das cidades na governança global do clima. Em segundo lugar, a rede possui um número relativamente baixo de membros, focando na qualidade (cidades maiores e mais capacitadas) do que na quantidade em relação à membresia. Assim, é possível desenvolver um trabalho muito coeso e claro em termos de áreas temáticas, e ao mesmo tempo, é possível dedicar uma atenção maior a cada um dos participantes. Prova disso é que todas as cidades membro participam das pesquisas anuais e têm suas metas/progresso de redução de GEE avaliados periodicamente. Ainda, a maioria delas tem estudos de casos publicados no site da rede sobre suas histórias de sucesso e boa parte dos membros (20% em 2015, correspondendo a 14 cidades) recebe apoio técnico por meio de um dos conselheiros de cidades focado especificamente naquele município.

Informação e conhecimento: A importância que a rede dá para métricas e estudos tem sido muito importante para agregar transparência e confiabilidade a respeito do papel que as cidades têm desempenhado e podem ainda desempenhar no esforço contra as mudanças climáticas. Assim, o C40 tem obtido parte de seus recursos políticos por meio do seu “*data driven approach*”, que permite à rede não só promover o papel das cidades, mas também ser um centro de informação e conhecimentos sobre o tema. Parcerias técnicas com algumas das organizações mais relevantes nos temas estudados (como a Arup, CDP, WRI, entre outras) são fundamentais para que haja qualidade na pesquisa e bons resultados em termos de conhecimentos gerados.

Colaboração: Por último, mas de maneira nenhuma menos importante, a habilidade da rede de trabalhar em colaboração, nos seus mais diversos aspectos, é uma grande alavanca de sucesso. Primeiramente, por ser uma rede, o C40 já aposta em soluções colaborativas e coletivas. Além disso, fomenta a colaboração entre cidades por meio de redes internas para discussão de temas específicos, espaços onde as cidades podem participar ativamente de esforços em grupo. Ainda, a

rede consegue captar muitos recursos por meio de parcerias técnicas e financeiras. Algumas instituições oferecem serviços em esquema *pro bono*, enquanto outras financiam determinadas iniciativas e outras oferecem apoio técnico qualificado. Assim, a rede C40 ganha força como um ator muito bem relacionado entre as diversas organizações do setor, sejam elas governos, ONG's, empresas privadas ou agências multilaterais. Exemplo disso é o Compact of Mayors, um acordo de colaboração entre as três maiores redes de cidades para atingir um objetivo comum, qual seja, aumentar o papel das cidades na governança global. Ainda, a rede defende o conceito de diplomacia de cidades e governança em múltiplas camadas, fomentando a colaboração entre governos locais (entre si), bem como entre as diversas esferas de governo.

6. CONCLUSÕES

Hoje, é consenso que as mudanças climáticas estão acontecendo e que as causas para esse problema são antropogênicas. Enquanto os Estados discutiam responsabilidades e negociavam seu nível de comprometimento, a ciência constatou que o esforço necessário para conter as mudanças no clima e seus danos para a humanidade terão de ser muito maiores do que se pensava inicialmente. Cada vez é mais premente a necessidade de ações práticas e efetivas, e fica claro que não será possível avançar sem esforços conjuntos. É preciso que haja um alto nível de comprometimento, com metas ambiciosas, por todos os países. E é preciso que os governos de diversas esferas se articulem para trabalhar juntos, criando soluções efetivas conjuntas.

Fica claro que o papel das cidades é de muita significância nos desafios de mitigação (visto que 70% das emissões são provenientes de centros urbanos) e adaptação (visto que a maioria crescente da população global vive nesses centros, ficando exposta à vulnerabilidade a eventos climáticos extremos). Apesar de concentrarem problemas, as cidades também podem ser chave na busca por soluções, devido ao seu potencial de inovação, experimentação e liderança, bem como às economias de escala que podem ser realizadas em nível local e à maior representatividade dos líderes locais perante seus cidadãos.

Dessa maneira, os governos locais já vêm se articulando há aproximadamente duas décadas para buscar soluções de cooperação e colaboração na solução de problemas das mudanças climáticas. A evolução dos conceitos para explicar este fenômeno evoluiu de paradiplomacia, para diplomacia subnacional, diplomacia entre cidades e governança em múltiplas camadas. Nossa

perspectiva é de que a melhor definição para abarcar a complexidade dessas relações é a governança em múltiplas camadas, que permite aos governos de diversas esferas a busca por soluções conjuntas e/ou complementares, a fim de se atingir um objetivo comum, que é a redução de emissões de GEE para contribuir com metas locais, regionais e nacionais de emissões.

A governança em múltiplas camadas, além de envolver diferentes esferas de governo, ainda pode envolver outras organizações, como redes transnacionais de cidades. Como exemplo, o governo de Ho Chi Minh recebe apoio de seu governo central (Vietnã - o qual tem parceria com a Holanda), para desenvolver um programa de cooperação e troca de experiência com Roterdã. Dessa forma, as redes transnacionais de cidades oferecem uma plataforma rica de bons exemplos, dados e informações que possibilita às cidades trocarem experiências e inspirarem umas às outras para gerar ações práticas de clima.

A rede C40 surgiu como uma resposta à crescente preocupação com a mudança climática, e ao mesmo tempo à tendência de realização de atividades internacionais por governos locais – iniciada com o processo de globalização. A rede trabalha com o objetivo de apoiar as cidades membro em planos e projetos que possam reduzir as emissões de GEE e reduzir os riscos da mudança climática. Além disso, também busca promover o papel das cidades como atores importantes na governança global do clima. O C40 trabalha tanto com esforços de colaboração e cooperação entre as cidades (incentivando a troca de experiências), quanto com esforços de coalisção (quando as cidades juntas pressionam por uma participação maior na governança global).

Analizamos que a rede C40 tem obtido um relativo sucesso na efetividade de suas ações junto às cidades membro, alcançando inclusive um impacto indireto junto a governos locais de cidades não-membro e governos nacionais. Na esfera internacional, porém, é que a rede tem demonstrado uma maior visibilidade, tendo participado com *side events* em diversos fóruns multilaterais e conquistado a atenção da CQNUMC e do secretário geral da ONU para o assunto. Mais recentemente, a rede participou da montagem do Compact of Mayors, um acordo entre as principais redes de cidades para buscar ações conjuntas em termos de metas, e buscar uma maior participação dos governos locais nas negociações internacionais de clima.

Percebemos alguns pontos como fundamentais para o sucesso do C40. Eles envolvem o fomento ao valor de liderança (pois a organização é muito baseada na força e energia dos líderes que a representam local e internacionalmente); a legitimidade que alcança (pois os membros são governos locais e seus representantes são as autoridades máximas de cada cidade); foco (visto que

a rede é especializada em um tema único – mudanças climáticas – e abrange um número pequeno de membros); informação e conhecimento (pois o desenvolvimento de métricas e estudos que entendam os desafios das cidades é um fator de grande importância na busca por soluções); e colaboração (visto que a rede “emana” esforços de colaboração entre seus membros e seus parceiros, e fomenta que os governos de diversos níveis, bem como outros atores, colaborem entre si).

Concluimos que a rede C40 tem um importante papel na governança global do clima e sua crescente visibilidade é prova disso. Esperamos que os esforços do C40 e seus membros possam contribuir para uma participação mais ativa das cidades na governança global do clima, levando a um impacto significativo na redução de emissões de GEE e adaptação aos riscos da mudança climática.

CLIMATE CHANGE AND SUBNATIONAL DIPLOMACY: THE ROLE OF C40 IN GLOBAL CLIMATE GOVERNANCE

ABSTRACT

It is consensus that climate change is happening and the causes for this problem are anthropogenic. While states seek solutions through multilateral agreements, it is more and more noticed that efforts must be fast and tangible, involving a wide variety of actors. Cities have a key role in this scenario, as they concentrate most of the global population and GHG emissions, besides being more vulnerable. Since the end of the cold war, subnational governments have engaged in international relations activities. These activities have been aimed at either collaboration or coalition, in many cases complementary and in other cases contrary to central governments. In order to tackle the climate change problems, the dialogue among several government spheres is necessary, through multilevel governance. The role of local governments is more and more decisive. This way, several transnational city networks arise. C40 was founded in 2005 and has 75 member cities. Some specific characteristics contribute for the network's success, enabling a growing visibility and a key role in the global climate governance.

Keywords: Climate change, Subnational diplomacy, Paradiplomacy, City diplomacy, Transnational networks, C40

REFERÊNCIAS

ALDECOA, F.; KEATING, M. (Org). **Paradiplomacy in Action: the foreign relations of subnational governments**. Portland: Frank Cass Publishers, 1999.

ARUP; C40. **Climate Action in Megacities Executive Summary – C40 Cities Baseline and Opportunities Volume 2.0**. 2014. Disponível em: <http://c40-production-images.s3.amazonaws.com/researches/images/20_Climate_Action_in_Megacities_2.0_Executive_Summary.original.pdf?1393461487>. Acesso em: 12 jul 2015.

ARUP; C40. **Powering Climate Action: Cities as Global Changemakers**. V. 1.0. 2015. Disponível em: <http://issuu.com/c40cities/docs/powering_climate_action_full_report/1?e=10643095/1389004>. Acesso em: 15 jul 2015.

ARUP; C40. **Working Together: Global Aggregation of City Climate Commitments**. 2014. Disponível em: <http://c40-production-images.s3.amazonaws.com/researches/images/24_Working_Together_Global_Aggregation.original.pdf?1411483385>. Acesso em: 12 jul 2015.

BODANSKY, D. **The Art and Craft of International Environmental Law**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2010.

BOUTELIGIER, S. **Cities, Networks and Global Environmental Governance**. New York: Routledge, 2013.

C40; UCLG; ICLEI. **The Compact of Mayors**. 2014. Disponível em: <http://c40-production-images.s3.amazonaws.com/other_uploads/images/126_MAYORS_COMPACT_Sept_2014.original.pdf?1411481938>. Acesso em: 20 jul. 2015.

DeSOMBRE, E. **Global Environmental Institutions**. New York: Routledge, 2006.

ELLIOT, L. **The Global Politics of the Environment**. New York: New York University Press, 2004.

ENGEL, K.; ORBACH, B. Micro-Motives and State and Local Climate Change Initiatives. **Harvard Law & Policy Review**, v. 2, p. 119-137, 2008. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1014749>. Acesso em: 6 jul. 2015.

GIDDENS, A. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

IPCC. **Fifth Assessment Report – Synthesis Report - Summary for Policy Makers**. 2014. Disponível em: <http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/syr/AR5_SYR_FINAL_SPM.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2015.

IPCC. **Working Group III – Mitigation of Climate Change**. 2014. Disponível em: <http://sustainablecities.usc.edu/ipcc_wg3_ar5_final-draft_postplenary_chapter12%281%29.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2015.

JACOBY, H.; CHEN, H. Expectations for a New Climate Agreement. **MIT Joint Program on the Science and Policy of Global Change**. Report No. 264. Cambridge, Massachusetts, ago. 2014. Disponível em: <http://globalchange.mit.edu/files/document/MITJPSPGC_Rpt264.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2015.

JAKOBSEN, K. Poder local e relações internacionais. In: RODRIGUES, G.; XAVIER, M.; ROMÃO, W. (Org). **Cidades em relações internacionais: análises e experiências brasileiras**. São Paulo: Desatino, 2009.

MCGREW, A. Globalization and global politics. In: BAYLIS, J.; SMITH, S.; OWENS, P. (Org). **The Globalization of World Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 16-31.

MOREIRA, H. 2009 - **A atuação do Brasil no regime internacional de mudanças climáticas de 1995 a 2004**. 2009. 156f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” – UNESP, UNICAMP e PUC-SP, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

SETZER, J. Testing the Boundaries of Subnational Diplomacy: The International Climate Action of Local and Regional Governments. **Transnational Environmental Law**, Cambridge University Press, p. 1-19, mai. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1017/S2047102515000126>>. Acesso em: 13 mai. 2015.

UNITED NATIONS. **Our Common Future**. 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

UNITED NATIONS. **United Nations Framework Convention on Climate Change**. 1992. Disponível em: <https://unfccc.int/files/essential_background/background_publications_htmlpdf/application/pdf/conveng.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2015.

UNITED NATIONS. **World Urbanization Prospects – 2014 Review**. 2015. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wup/FinalReport/WUP2014-Report.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

VIANNA, S. Apresentação. In: GIDDENS, A. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. p. 7-17.

GLOSSÁRIO

ANAMMA	Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente
AOSIS	Aliança de Pequenos Estados Ilha
BASIC	Bloco formado por Brasil, África do Sul, Índia e China
BAU	Business As Usual
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BRT	Bus Rapid Transit
CAM	Climate Action in Megacities
CCI	Clinton Climate Initiative
CCP	Programa “Cities for Climate Protection”
CGLU	Rede “Cidades e Governos Locais Unidos”
CH4	Metano
CIFF	Children’s Investment Fund Foundation
CO2	Dióxido de carbono
COP	Conferência das Partes
CQNUMC	Conferência-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
FCMU	Federação Mundial de Cidades Unidas
GEE	Gases de Efeito Estufa
GEF	Global Environment Facility
GPC	Global Protocol for Community-scale Greenhouse Gas Emission Inventories
IPCC	Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas
ITDP	Institute for Transportation and Development Policy
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MLG	Multilevel governance (Governança em múltiplas camadas)
N2O	Óxido nitroso
nrg4SD	Network of Regional Governments for Sustainable Development
O3	Ozônio
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMM	Organização Meteorológica Mundial
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UNCED	United Nations Conference on Environment and Development
UNCHE	United Nations Conference on the Human Environment
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
WACLAC	World Secretariat of Cities and Local Government
WRI	World Resources Institute

ANEXO A – Lista de cidades membro do C40

No	Cidade	País
África		
1	Adis Abeba	Etiópia
2	Cairo	Egito
3	Cidade do Cabo	África do Sul
4	Dar es Salaam	Tanzânia
5	Durban	África do Sul
6	Joanesburgo	África do Sul
7	Lagos	Nigéria
8	Nairóbi	Quênia
9	Tshwane	África do Sul
Leste da Ásia		
10	Pequim	China
11	Changwon	República da Coreia
12	Hong Kong	China
13	Seul	República da Coreia
14	Xangai	China
15	Shenzhen	China
16	Tóquio	Japão
17	Wuhan	China
18	Yokohama	Japão
Europa		
19	Amsterdã	Holanda
20	Atenas	Grécia
21	Barcelona	Espanha
22	Basileia	Suíça
23	Berlim	Alemanha
24	Copenhague	Dinamarca
25	Heidelberg	Alemanha
26	Istambul	Turquia
27	Londres	Reino Unido
28	Madri	Espanha
29	Milão	Itália
30	Moscou	Rússia
31	Oslo	Noruega
32	Paris	França
33	Roma	Itália
34	Roterdã	Holanda
35	Estocolmo	Suécia
36	Veneza	Itália
37	Varsóvia	Polônia
Sudeste da Ásia e Oceania		
38	Bancoque	Tailândia

No	Cidade	País
Sudeste da Ásia e Oceania		
39	Hanói	Vietnã
40	Cidade de Ho Chi Minh	Vietnã
41	Jakarta	Indonésia
América Latina		
42	Bogotá	Colômbia
43	Buenos Aires	Argentina
44	Caracas	Venezuela
45	Curitiba	Brasil
46	Lima	Peru
47	Cidade do México	México
48	Quito	Equador
49	Rio de Janeiro	Brasil
50	Santiago	Chile
51	São Paulo	Brasil
52	Salvador	Brasil
América do Norte		
53	Austin	Estados Unidos
54	Boston	Estados Unidos
55	Chicago	Estados Unidos
56	Houston	Estados Unidos
57	Los Angeles	Estados Unidos
58	Nova Orleans	Estados Unidos
59	Nova Iorque	Estados Unidos
60	Filadélfia	Estados Unidos
61	Portland	Estados Unidos
62	São Francisco	Estados Unidos
63	Seattle	Estados Unidos
64	Toronto	Canadá
65	Vancouver	Canadá
66	Washington, DC	Estados Unidos
Sul e Oeste da Ásia		
67	Amã	Jordânia
68	Délhi	Índia
69	Daca	Bangladesh
70	Jaipur	Índia
71	Karachi	Paquistão
72	Mumbai	Índia
Sudeste da Ásia e Oceania		
73	Melbourne	Austrália
74	Singapura	Singapura
75	Sydney	Austrália

Fonte: C40. “Cities”. Disponível em: <<http://www.c40.org/cities>>. Acesso em: 26 jul. 2015.